

## Abril Indígena: Casa Comum, Esperança e Compromisso Ético

“Num ponto  
equidistante entre  
o Atlântico e o  
Pacífico  
Do objeto, sim,  
resplandecente,  
descerá o índio  
E as coisas que eu  
sei que ele dirá,  
fará  
Não sei dizer assim  
de um modo  
explícito

Virá  
Impávido que nem  
Muhammad Ali  
Virá, que eu vi  
Apaixonadamente  
como Peri  
Virá, que eu vi  
Tranquilo e infalível  
como Bruce Lee  
Virá, que eu vi  
O axé do afoxé  
Filhos de Gandhi  
Virá

E aquilo que nesse  
momento se  
revelará aos povos  
Surpreenderá a  
todos não por ser  
exótico  
Mas pelo fato de  
poder ter sempre  
estado oculto  
Quando terá sido  
o óbvio”

Trecho da música  
“Um Índio”, de  
Caetano Veloso

[Ouça aqui](#) a versão  
de “Um Índio”  
interpretada por  
Maria Gadú e Zahy  
Tentehar

O ano de 2025 marca a 81ª celebração do Abril Indígena, período que enfatiza a luta e resistência dos povos indígenas do Brasil, uma oportunidade para refletirmos sobre o verdadeiro sentido de convivência, pautado nos princípios éticos, respeito às diversidades e promoção da justiça social. Em um Brasil plural e rico em culturas, a presença dos povos originários nos convida a revisitar a importância de viver em harmonia com a natureza, com o outro e com os seus próprios valores.

O servidor público, orientado pelos princípios do Decreto nº 1.171/1994, deve pautar sua conduta pela dignidade, pela responsabilidade e pela consciência de que serve a uma sociedade múltipla, na qual nenhuma identidade pode ser negligenciada. Ser ético é reconhecer que há sabedoria e dignidade nas diversidades – e que a presença indígena não é um traço do passado, mas um direito do presente e uma esperança para o futuro.

Ainda hoje, os povos indígenas enfrentam discriminações, estereótipos e negações de seus direitos fundamentais. Comentários como “esse não é mais índio, porque está usando celular” ou “índio é quem vive pelado no mato” não apenas demonstram desconhecimento cultural, mas ferem os princípios da fraternidade e do respeito humano que devem nortear o serviço público.

Mas há também sinais de esperança: pessoas que se levantam em defesa dos direitos indígenas, que compreendem que ética é agir com justiça e empatia. Que ser “parente”, na sabedoria indígena, é saber acolher o outro como igual na dignidade, mesmo sendo diferente na cultura.

Refleta: qual tem sido o seu papel na construção de um serviço público verdadeiramente respeitoso às diversidades? Você reconhece e valoriza a presença dos povos indígenas como parte viva da nossa casa comum?

É tempo de rever atitudes, de ouvir mais, de respeitar mais, de agir com mais consciência. Ética pública não se resume ao cumprimento de deveres legais – ela exige de nós um compromisso real com a construção de uma sociedade em que os povos tenham voz, vez e respeito.

Enquanto agentes públicos, nos cabe prezar pela conduta ética de respeito às políticas públicas e garantia de direitos para a coletividade. Assim, nosso convite é que cada um aja de forma que sejamos instrumentos de transformação nos espaços que ocupamos. E, inspirados na força e na esperança que move os povos indígenas, façamos dos nossos esforços um caminho vivo de justiça e fraternidade.

Caso tenha dúvidas ou queira compartilhar boas práticas, a Comissão de Ética da Universidade Federal de Pernambuco (CET-UFPE) está à disposição. Estamos aqui para ajudar!